

2

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14 15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

3334

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52



## ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2021.

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às catorze horas e dezoito minutos, em videoconferência - Plataforma Zoom, reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros, titulares e suplentes, e demais participantes, para tratar dos seguintes assuntos: 1-SOS Crianças desaparecidas - Palestrante Luiz Oliveira/Fundação para Infância e Adolescência; 2-Aprovação da ata da assembleia do dia 09 de agosto de 2021; 3-Deliberação Plano de Aplicação – Exercício 2022; 4-Deliberação Registros; 5-Informes das Comissões e Grupos de Trabalho; 6-Informes Gerais. 1-SOS Crianças desaparecidas – Palestrante Luiz Oliveira – FIA: a presidente Erica Arruda agradeceu a participação do Sr. Luiz Henrique Oliveira e passou a palavra ao mesmo, que explanou sobre o tema crianças desaparecidas. Informou que os desaparecimentos temporários vinham aumentado na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para períodos de férias e festas -76% dos casos foram localizados. Reforçou a necessidade de divulgações e denúncias que facilitassem a localização e a reintegração familiar. Afirmou que as redes sociais eram parceiras fundamentais. 2-Aprovação da ata da assembleia do dia 09 de agosto de 2021: aprovada por unanimidade. 3-Deliberação Plano de Aplicação – Exercício 2022: após apresentação, foi aprovada por unanimidade. 4-Deliberação Registros: após leitura, foi aprovada por unanimidade. 5-Informes das Comissões e Grupos de Trabalho: a)Comissão de Garantia de Direitos: com reuniões presenciais no CMDCA. Visita agendada Clube de Regatas Flamengo -"Ninho do Urubu". Revisão do formulário de relatório e parecer – um para acolhimento e outro para as demais modalidades de atendimento. b)Comissão de Políticas Públicas: evento programado para o dia 30 de setembro sobre a Primeira Infância; além da revisão dos Planos da Primeira Infância e de Convivência Familiar e Comunitária. c)Comissão de Orçamento: Chamamento público em andamento; prestação de contas de 2019 e 2020 no site do CMDCA. GT Verba Dirigida – atualização dos componentes; Plataforma Prosas que otimizavas editais públicos. d)Comissão de Comunicação: campanhas para arrecadação de valores para o Fundo; informativo sobre setembro amarelo e saúde mental de crianças e adolescentes na pandemia; e)GT de Revisão do PMEVCA: finalizando indicadores dos eixos e, em seguida, o orçamento. Proposta de um Seminário para a apresentação do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes. Sugestão de apresentação de dados da Secretaria Municipal de Saúde sobre notificações de violências; f)GT Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: foi realizado evento (live) com a temática; elaboração/revisão do Relatório de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – prestação de serviços comunitários e liberdade assistida, g)GT Rua: revisão da Política de Rua em andamento. Proposta de retomada do Comitê Municipal. h)Corregedoria: dúvidas com relação a procedimentos de aplicação de prazos de penalidades – assembleia extraordinária não teve quórum e em Mesa Diretora deliberou-se pela alteração desse item no Regimento Interno do CMDCA - com uma assembleia específica para alterar o prazo recursal – executoriedade da pena. Em seguida, Dra. Rosana Cipriano parabenizou os conselheiros pela assembleia e pelos Grupos de Trabalho. Ratificou a posição da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital em acompanhamento, orientação e fiscalização das ações do CMDCA. Assinalou que, por algum motivo, não recebeu calendário e link da assembleia. A conselheira Maria America Diniz Reis falou da importância do Ministério Público no acompanhamento das ações do CMDCA-Rio e informou que as datas das assembleias ordinárias eram fixadas previamente, sempre na segunda 2ª feira de cada mês. A Dra. Rosana Cipriano solicitou que o link de acesso fosse enviado com mais antecedência à Promotoria. Questionou sobre a realização de uma assembleia para controle do Plano Plurianual -PPA, ou seja, para aferição do que cada política havia indicado para ações com crianças e adolescentes. Informou que ajuizara processo de anulação da última eleição da composição da Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares e sobre a composição da Corregedoria dos Conselhos Tutelares sem a representação da Procuradoria Geral do Município. Afirmou que não



54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

69

70 71 72

73

74 75 76

77

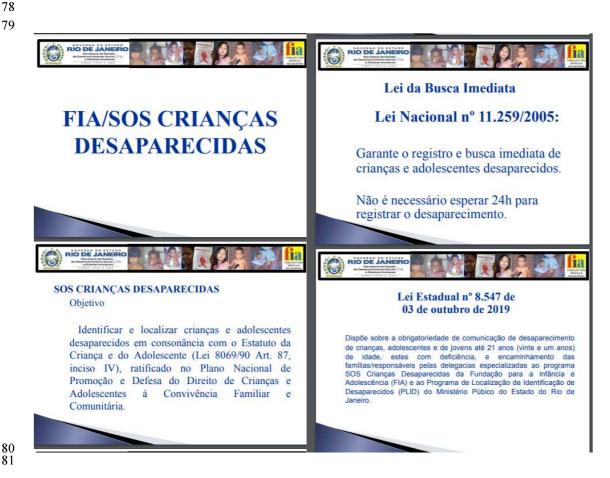


visualizou incompatibilidade entre as legislações e isso precisaria ser objeto de apreciação jurídica. A mesma se comprometeu em enviar a inicial com o raciocínio jurídico - entendimento jurídico divergente da Procuradoria Geral do Município em relação à participação na Corregedoria. Com relação ao efeito suspensivo, Dra. Rosana Cipriano afirmou ser de suma relevância e que a regra geral previa como um trânsito em julgado, entre aspas. A presidente Érica Arruda informou que a mesa diretora avaliaria o pleito referente ao PPA e as demais demandas levantadas. 6-Informes Gerais: Criação da Escola de Conselhos em parceria com a UniRio, utilizando a plataforma da MultiRio, com o apoio da Guarda Municipal; Pregão do SINASE estava em andamento e Pregão do Diagnóstico em fase final; Posse dos Conselheiros Tutelares suplentes no dia 28 de setembro; Leilão das tochas olímpicas estava em processo de finalização dos trâmites burocráticos. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17h13 e a ata segue assinada pela Presidente e Segunda Secretária, em 13 de setembro de 2021.

## Érica Maia Campelo Arruda **Presidente**

Lucimar Correa Pereira Segunda Secretária

ANEXO:







86

82





## TIPOS DE DESAPARECIMENTO

- Fuga do lar conflitos familiares

- Raga uo iai confittos talimares
  Conflitos de guarda subtração de incapaz
  Rapto consensual "fuga com namorado(a)"
  Perda por descuido, negligência, desorientação
  Situação de abandono "situações de rua"
  Vítima de acidente, intempérie, calamidade
- Tráfico para fins de exploração sexual
- Sequestro
- Transferência irregular de guarda
- Fuga de instituição
- Suspeita de homicídio e extermínio Outros tipos
- Não identificado



RIO DE JANEI

- · Proporciona visibilidade junto à sociedade;
- Possibilita a ampliação do número de denúncias;
- Aumenta o número de parceiros na rede;
- Permite conscientizar a sociedade sobre a problemática;
- Viabiliza a mobilização e participação da sociedade;
- Sensibiliza a população para enfrentar as questões que envolvem o desaparecimento

É preciso empenho das instituições para entrar nos espaços da grande mídia. Conscientizar a grande mídia de forma clara e objetiva (sem sensacionalismo), aproveitar os espaços dando ôrfase aos casos comuns e não somente aos casos excepcionais.



















